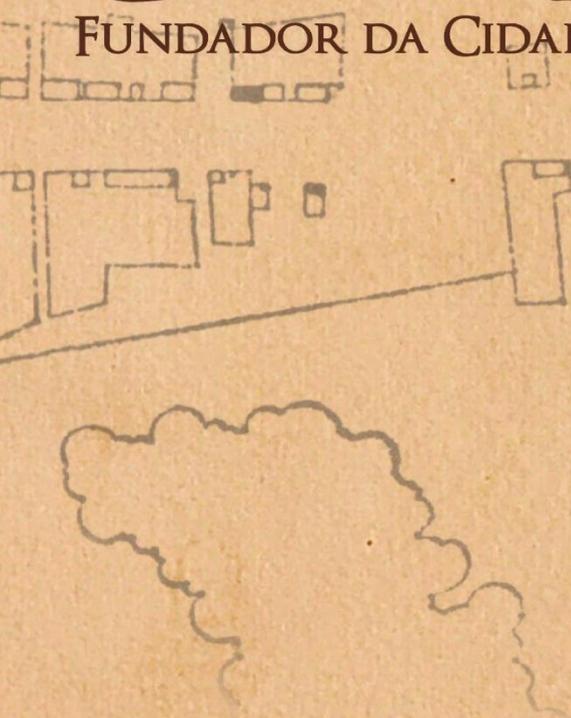




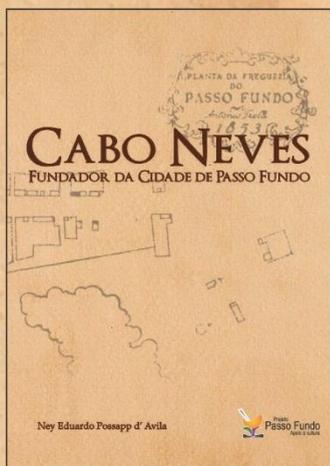
CABO NEVES

FUNDADOR DA CIDADE DE PASSO FUNDO



Ney Eduardo Possapp d' Avila





Este livro integra a série de atividades do Projeto Passo Fundo programadas no âmbito de 2015 – Ano do Cabo Neves.

O presente opúsculo reúne artigos a propósito do Cabo Neves e da Fundação da Cidade de Passo Fundo. São artigos, escritos em diferentes momentos, resumindo cerca de 25 anos de pesquisas sobre a origem da atual “Capital do Planalto” e a biografia do seu fundador.

Manoel José das Neves, o Cabo Neves, em dezembro de 1827 chegou ao lugar onde hoje ergue-se a cidade, a qual originou-se da povoação surgida em torno da morada desse pioneiro. Deste modo o Cabo Neves, sem o saber, fundou a cidade de Passo Fundo.

Cabo Neves

fundador da cidade de Passo Fundo



Ney Eduardo Possapp d'Avila

Cabo Neves
fundador da cidade de Passo Fundo

Passo Fundo
Projeto Passo Fundo
2015

Projeto Passo Fundo

Página na internet: www.projetopassofundo.com.br

e-mail para contato: projetoassofundo@gmail.com

Disponível no formato eletrônico /E-book.

Todos os direitos reservados ao Autor.

O conteúdo deste sitio NÃO pode ser reproduzido, copiado, gravado, transcrito ou transmitido por meios mecânicos, fotográficos ou eletrônicos, sem a citação de autoria, nos termos da licença

[Creative Commons Atribuição-Compartilha Igual 3,0 Nao Adaptada](https://creativecommons.org/licenses/by-sa/3.0/deed.pt_BR).

Para ver uma cópia desta licença, visite:

creativecommons.org/licenses/by-sa/3.0/deed.pt_BR ou envie uma carta para Creative Commons, 444 Castro Street, Suite 900, Mountain View, Califórnia, 94041, USA.

Capa: Passo Fundo em 1853

A958c Avila, Ney Eduardo Possapp d'

Cabo Neves [recurso eletrônico] : fundador da cidade de Passo Fundo / Ney Eduardo Possapp d'Avila. – Passo Fundo : Projeto Passo Fundo, 2015.

1,27 Mb ; PDF.

ISBN 978-85-8326-174-2

Modo de acesso: World Wide Web: <<http://www.projetopassofundo.com.br>>.

1. Passo Fundo (RS) – História. 2. Rio Grande do Sul – História. 3. Neves, Manoel José das – Biografia. 4. Passo Fundo (RS) – Colonização. I. Título.

CDU: 981.65

Bibliotecária responsável Schirlei T. da Silva Vaz - CRB 10/1364



Sumário

Apresentação **07**

Passo Fundo em 1853 **09**

Birivas, Tropeiros, Milicianos **11**

Manoel José das Neves **15**

Origem da Cidade de Passo Fundo **19**

Cabo Neves, o Fundador **23**

Combate do Rincão das Galinhas **27**

Mitos, invenções e preconceitos **31**

O Cabo logrou o Bispo **39**

Monumento ao Cabo Neves **45**

Parque Cabo Neves **49**

Epílogo **51**



Apresentação

Cabo Neves, Fundador da Cidade de Passo Fundo

Este livro integra a série de atividades do Projeto Passo Fundo programadas no âmbito de 2015 – Ano do Cabo Neves.

O Projeto pretende a cada ano focar uma personalidade ou fato histórico de Passo Fundo com objetivo de, por intermédio de diferentes manifestações culturais, apresentar, discutir, destacar, valorizar pessoas e acontecimentos que marcaram o passado da Cidade, do Município e da Região. Pretende ser um modo de construir ou reconstruir a História de Passo Fundo. 2014 foi dedicado à Maria Pequena, a Primeira Santa Passo-fundense. Maria Meireles Trindade, conhecida com Maria Pequena, foi degolada junto ao Arroio Raquel nos arredores da então cidade de Passo Fundo, presumivelmente em 28 de novembro de 1894.

O presente opúsculo reúne artigos a propósito do Cabo Neves e da Fundação da Cidade de Passo Fundo. São artigos, escritos em diferentes momentos, resumindo cerca de 25 anos de pesquisas sobre a origem da atual “Capital do Planalto” e a biografia do seu fundador.

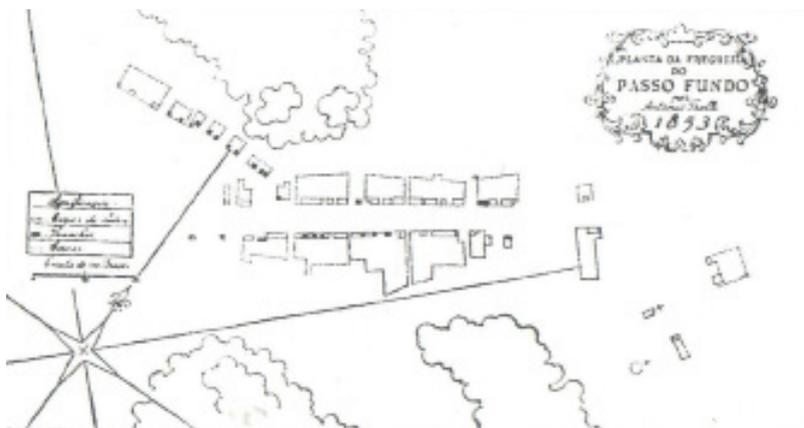
Manoel José das Neves, o Cabo Neves, em dezembro de 1827 chegou ao lugar onde hoje ergue-se a cidade, a qual originou-se da povoação surgida em torno da morada desse pioneiro. Deste modo o Cabo Neves, sem o saber, fundou a cidade de Passo Fundo.



A história do Cabo Neves e da Fundação da Cidade de Passo Fundo é um capítulo do povoamento do Planalto Rio-Grandense pelos luso-brasileiros. Povoamento que foi complementado pela colonização com imigrantes europeus e seus descendentes. Tanto o povoamento como a colonização foram processos de ocupação de territórios habitados por diferentes parcialidades indígenas há milhares de anos. Esses processos de ocupação não foram pacíficos, como tem dado a entender a História Oficial, foram na verdade atividades violentas de usurpação territorial e genocídio das primitivas populações.



Passo Fundo em 1853



Planta do Povoado sede da Freguesia do Passo Fundo em 1853. Desenho de Antonio Trois nos moldes da Cartografia da época. Supõe-se que o falecimento de Cabo Neves ocorreu em 1853.

Em 26 de novembro de 1847 o Povoado do Passo Fundo fora elevado à categoria de Freguesia.

Birivas, Tropeiros, Milicianos

Ao longo de mais de cem anos o negócio do gado selvagem, de cavalos e de muares animou a ligação das vacarias sulinas ao Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste luso-brasileiros. Nesse período, séculos XVII e XVIII, algumas rotas usadas pelos luso-brasileiros que devastaram a Vacaria do Mar passavam pelo atual Planalto Rio-Grandense. Porém, foi a partir do início do século XIX que o comércio de mulas, paulatinamente, tornou-se atividade importante. As mulas eram criadas na mesopotâmia argentina (atual Província de Entre Rios) ou nos campos da Banda Oriental (atual República do Uruguai). No final da segunda década do séc. XIX, como alternativa às rotas litorâneas, começa a ser usada a rota interior. Partindo de São Borja, passava pelas atuais cidades de Cruz Alta, Carazinho, Passo Fundo, Lagoa Vermelha, Vacaria, Bom Jesus, penetrava no atual estado de Santa Catarina onde, na região de Lages (vila extremo meridional da Capitania de São Paulo), encontrava outras rotas que demandavam a Feira de Sorocaba e demais centros de comercialização de mulas. O trecho entre Passo Fundo e Lagoa Vermelha, dominado pelos índios Kaingáng, era o mais perigoso.

O primeiro a percorrer o citado trajeto com uma tropa de mulas teria sido o paulista João José de Barros. Considerado um dos maiores negociantes de muares da época optou, no ano de 1819, por usar o caminho percorrido, em sentido inverso, em



1785 por Cristóvão Pereira de Abreu, que o denominara “caminho das Missões”, e em 1816 por Athanagildo Pinto Martins, alferes de milícias, que o batizara “vereda das Missões”. Mais tarde conhecida como “caminho dos paulistas”, a rota de Barros era o antigo Caapi (caminho dos matos) dos indígenas, trilhado por jesuítas e bandeirantes, hoje BR-285. Ao longo dessa estrada foram distribuídas terras a oficiais milicianos e a negociantes para formarem fazendas de criar e de apoio à atividade tropeira.

Esta rota tropeira, além de ser mais curta, oferecia a vantagem de atravessar a zona dos ervais nativos, possibilitando aos menos aquinhoados, não possuidores de capital suficiente para adquirir tropa de mulas, nem montar fazendas, a alternativa de improvisar carijos onde produziam a erva-mate usada como moeda de troca na compra de muares, a serem comercializados em Sorocaba. Era o ciclo erva-mula-capital. Nessa faina biriva os mais pobres associavam-se aos remediados na condição de capatazes ou simples agregados. Destarte resultou o deslocamento de muitos paulistas para o Sul. Em sua maioria paulistas dos chamados “campos gerais de Curitiba” (no atual estado do Paraná). Inicialmente com fixação temporária enquanto produziam erva. Na sequência traziam a família, fixavam-se em definitivo, e prosseguiram na atividade tropeira-ervateira. Alguns oficiais milicianos subalternos e alguns pequenos negociantes também receberam concessões de glebas para estabelecer fazendas ao longo da estrada tropeira.

O trabalho pesado era feito por índios aculturados, por caboclos, por afrodescendentes, escravos e libertos. Dessa interação entre birivas e milicianos de um lado e de outro gaúchos pobres e peões de diferentes origens resultou uma população “pelo duro” altamente miscigenada povoando o Planalto Médio.



Não é ocioso destacar que os territórios de fixação destes luso-brasileiros e, posteriormente, dos colonos europeus não eram, como é costume proparlar, territórios desabitados, sertões, áreas devolutas. Eram territórios habitados desde tempos imemoriais por parcialidades indígenas, nômades ou seminômades. Além do que o atual Rio Grande do Sul, já no século XVII, começara a ser habitado por caboclos, mestiços de europeus e indígenas, levando uma vida seminômade, dedicando-se à coirama, à atividade ervateira, à agricultura de subsistência. Esses mestiços, especialmente nas regiões pampeanas, darão origem ao primitivo gaúcho. O geógrafo português José de Saldanha ao percorrer em 1787 a região da Campanha Rio-grandense a eles se referiu como gauches do campo [...] vaqueiros, acostumados a matar touros chimarrões, a sacar-lhes os couros. Na região atualmente denominada Planalto Médio a principal atividade econômica desses caboclos era o fabrico da erva-mate, negociada tal qual os couros, sebo e chifres, com intermediários de comerciantes platinos. Tanto os indígenas, como os caboclos (gaúchos) foram sendo desapossados de suas áreas pelos luso-brasileiros que receberam Sesmarias, a partir de 1822 Concessões de Posse, uma vez que essas terras eram consideradas “sem dono”. Restaram aos indígenas e aos caboclos duas opções: empregar-se como peões ou changadores nas fazendas dos “povoadores” ou afastar-se da “civilização”. Quando em 1850 foi decretada a Lei de Terras continuaram despossuídos, sem-terra. Os peões e changueiros não tinham dinheiro suficiente para comprar, nem um pequeno lote. Os que se haviam afastado da “civilização” estabelecendo-se em posses longe dos povoados e das fazendas não tinham como provar a posse.

A Lei de Terras ao transformar a propriedade fundiária em mercadoria irá gerar a “grilagem”, documentos forjados para provar a posse anterior à promulgação da lei. O passo seguinte



era a escrituração em cartório de onde saíam as hoje “escrituras centenárias”. Outro caminho foram as colonizações promovidas diretamente pelo governo estadual ou por concessões deste a empresas colonizadoras. Os lotes coloniais eram vendidos a longo prazo aos imigrantes ou seus descendentes. Apesar da Lei de Terras estabelecer como único modo de aquisição a compra, a não ser os que provassem a posse anterior, foram encontradas maneiras de distribuir lotes coloniais, sem a contrapartida da compra, a recém chegados.



Manoel José das Neves

Decorrida uma década da passagem do tropeiro João José de Barros um ex-miliciano vindo de São Borja, funda a cidade de Passo Fundo. Manoel José das Neves, paulista nascido por volta de 1790 em São José dos Pinhais, na então Comarca de Curitiba, Capitania de São Paulo. Sendo de origem humilde havia engajado como soldado na Cavalaria da Milícia da Legião Paulista. A Legião Paulista era composta de tropas de Cavalaria, Infantaria e Artilharia, atuou no Rio Grande do Sul de 1774 a 1778 e de 1801 a 1824. Em 1801 tropas de Cavalaria e Artilharia da Legião Paulista foram mandadas para garantir a posse das Missões. Desta forma o Esquadrão de Cavalaria curitibano foi deslocado para a fronteira sul. Em dezembro de 1824 ocorreu a reorganização do Exército Brasileiro, tropas milicianas passaram a formar a 2ª Linha. Destarte o soldado Neves tornou-se praça de um Regimento de Cavalaria Ligeira, sediado em São Borja, formado pelos quatro esquadrões paulistas, dentre os quais o curitibano.

Na segunda fase da Guerra Cisplatina dois regimentos de cavalaria de 2ª Linha, um formado por paulistas, outro por gaúchos, participaram do combate do Rincão das Galinhas, em 24 setembro de 1825. Lá os brasileiros foram derrotados. O soldado Neves, gravemente ferido por arma branca, foi recolhido ao quartel de São Borja. Recuperado dos ferimentos, mas com



uma profunda cicatriz na cabeça que o acompanhou pelo resto da vida, foi promovido a Cabo e reformado, dispensado do serviço militar.

Em dezembro de 1827, acompanhado da esposa Reginalda da Silva e demais família, agregados, escravos e algum gado, chegou e arranchou-se à beira do caminho das tropas junto à nascente do Goiexim, local hoje conhecido como Chafariz da Mãe Preta. A seguir construiu sua morada no alto da coxilha, provavelmente no terreno hoje leito da Rua Paissandu entre as ruas Teixeira Soares e XV de Novembro, junto à Praça Tamandaré. Pouso obrigatório de tropeiros e caravanas o lugar escolhido pelo Cabo Neves tornou-se uma povoação de birivas, caboclos, índios aculturados, negros, escravos e libertos. Mais tarde chegou gente vinda das bandas do Rio da Prata, imigrantes europeus e gringos das “colônias velhas” alemãs e italianas. O casario, a maioria ranchos e algumas casas de pedra, foi se estendendo ao longo do caminho para ambos os lados da fonte onde nascia o Goiexim. As tropas faziam pouso em um rincão denominado Boqueirão.

O Cabo Neves não era tropeiro e sim um praça desmobilizado cuja principal atividade foi a prestação de serviços a tropeiros e caravaneiros. Em documentos oficiais é qualificado “*vive de avios de negócios*”, “*vive de seus negócios de animais*”. Em 30 de novembro de 1831 conseguiu legalizar sua posse ao receber da Comandância Militar de São Borja a concessão de *uma gleba de terras de quatro léguas quadradas no Alto Uruguai*. Algo muito impreciso. Entrementes foi nesse chão concedido ao paulista Manuel José das Neves que teve origem a atual cidade de Passo Fundo.

Após ter a posse legalizada o casal Neves, sendo concessionário da área da povoação que se iniciava com cerca de dez



moradores, para obter a oficialização, conforme a legislação da época, obrigou-se a doar uma parte de suas terras para a Igreja Católica. Este ato de doação é prova do intuito do Cabo Neves em consolidar o povoado que então se formava nas terras que lhe haviam sido concedidas. Cabe notar que além dos dez moradores deve-se levar em conta seus familiares, com os quais formariam um grupo de cerca de 60 pessoas. Naquele momento, 1833, o quarteirão (em 1857 município) do Passo Fundo contava com 140 fogões (residências unifamiliares). Esses 140 fogões incluíam as casas dos moradores (proprietários) e as casas ou ranchos dos agregados, escravos e seus familiares, tanto no povoado como na área rural. Sabe-se que o Cabo Neves veio acompanhado da família, agregados e escravos, todavia não é conhecido o número de pessoas integrantes desse grupo pioneiro. Ficaram registrados o Cabo, sua esposa Reginalda, a filha Maria e a escrava Mariana, ama de leite dos filhos do casal, a Mãe Preta, lembrada no Chafariz.

Em vida Manoel José das Neves, além de suas atividades de hospedeiro e negociante de animais, exerceu função de Justiça e foi oficial da Guarda Nacional. Em 1834, quando o quarteirão do Passo Fundo foi elevado à categoria de distrito, o Cabo Neves, apesar de ser semianalfabeto, foi nomeado Oficial de Justiça. Ao iniciar-se a guerra civil, conhecida como Revolução Farroupilha, o antigo soldado de milícia engajou-se na Guarda Nacional para combater os rebeldes farroupilhas. No dia 20 de novembro de 1835 prestou juramento e foi nomeado no posto de Alferes. Logo foi promovido a Capitão, comandante da Companhia da Guarda Nacional sediada no 4º Distrito do Termo de Cruz Alta. Com o seu xará, Capitão Manoel José d'Araújo, integrou as fileiras da Leal Divisão Cruz-Altense. Quando faleceu, em 1853, a sede de sua modesta fazenda pastoril e agrícola já era sede do 4º Distrito de Cruz Alta e da Freguesia da Nossa



Senhora da Conceição do Passo Fundo.

Não apenas os principais dados biográficos do fundador da cidade são desconhecidos. Seus ossos, seus restos mortais, também foram perdidos. Quando faleceu foi sepultado no cemitério ao lado Capela. Em 1902 aquele cemitério, localizado na área atualmente atravessada por trechos das ruas Independência, General Osório, General Netto e Coronel Chicuta, foi desativado. O que restava do Cabo Neves teria sido transladado para o Cemitério Municipal “Vera Cruz”. Porém, se tal aconteceu, com o passar do tempo, por abandono, a sepultura foi desativada, os restos mortais perdidos.



Origem da Cidade de Passo Fundo

A cidade de Passo Fundo, a rigor, não foi fundada. Ao menos no sentido de uma fundação formal, intencional. Nasceu guacha no meio da capoeira à beira de uma estrada de tropas e de caravanas.

O renomado urbanista Francisco Riopardense de Macedo afirma: *São poucas as cidades que mereceram um ato formal de fundação, executado desde o início do povoamento, com todas as cerimônias e preocupações do estilo. Porto Alegre não está entre elas.* Deve-se acrescentar, Passo Fundo também não está entre elas. Contudo Passo Fundo está melhor em relação a sua origem. Porto Alegre, não se sabe quem a fundou, nem exatamente quando.

No caso de Passo Fundo sabemos que no mês de dezembro de 1827 chegou, ao lugar onde hoje se ergue a cidade, Manoel José das Neves, o Cabo Neves, acompanhado da esposa Reginalda da Silva, demais família, agregados, escravos e algum gado. Por conta e risco ocupou a área de terra, que certamente conhecia, onde pretendia apenas *fundar uma modesta fazenda agro-pastoril*. Inicialmente arrancharam-se ao largo da fonte d'água, nominada Goiexim pelos índios Kaingáng, hoje Chariz da Mãe Preta. Somente em 30 de novembro de 1831, após quatro anos de posse efetiva, obteve a legalização. A Comandância Militar da Fronteira com sede em São Borja, a pedido



do interessado, fez a Concessão de Posse de *uma gleba de terras de quatro léguas quadradas no Alto Uruguai*. Algo muito impreciso.

A esse tempo o Cabo Neves teria construído sua morada próximo à atual Praça Tamandaré, no leito da atual Rua Pais-sandu, com frente para a Teixeira Soares e fundo para a XV de Novembro. Nas proximidades agregados, escravos e recém chegados construíram seus ranchos. Nascia uma incipiente povoação, sem padrinho, sem madrinha, sem documento. Surgia um núcleo urbano junto à atual Praça Tamandaré e de ambos os lados da então estrada das tropas, no trecho da hoje Avenida Brasil, entre a XV de Novembro e a 10 de Abril, seguindo em ângulo na direção Oeste. Ali nasceu a cidade de Passo Fundo. Cabo Neves foi o fundador.

A data da fundação? A data da chegada do Cabo e sua gente. Não há registro documental nenhum, todavia sabe-se que deve ter sido no final do ano de 1827. Sendo Nossa Senhora da Conceição a escolhida para orago da modesta fazenda e conhecendo-se a tradição portuguesa de nominar com o Santo ou Santa do dia, é fácil concluir que o evento ocorreu no dia 8 de dezembro ou em dia próximo.

Pouso obrigatório de tropeiros, ervateiros e viajantes, o lugar tornou-se um povoado de birivas, caboclos, índios aculturados, negros, escravos e libertos. Mais tarde chegou gente vinda das bandas do Rio da Prata, imigrantes europeus e gringos das “colônias velhas”, italianos e alemães. O casario foi se estendendo ao longo do “caminho dos paulistas”, de ambos os lados da fonte Goixim. Ali perto ficava o “boqueirão”, lugar bom para o pernoite das tropas que da fronteira seguiam no rumo das feiras paulistas. Outra razão era a boa aguada formada por dois córregos que corriam ao lado da estrada, mais tarde



foram denominados do Chafariz e Lava-Pés.

Saliente-se que na formação do povoado que veio a ser a atual Capital do Planalto, muito decorreu da iniciativa do Cabo Neves. Sendo homem de negócios, porém de pouca pecúnia, buscou atrair outros moradores, com os quais formou o núcleo urbano inicial. Uma atitude bem diferente dos demais concessionários de terras na região, os quais sendo ex-oficiais milicianos ou negociantes possuidores de cabedal formaram suas fazendas, áreas privadas onde só admitiam a presença de seus familiares, seus agregados, seus escravos e, eventualmente, alguns changueiros. Não obstante formou-se em relação a esses fazendeiros o mito de patriarcas da região. Uns “patriarcas” que não só não fundaram nenhuma cidade, como durante muito tempo impediram que tal ocorresse. Quanto ao título de “patriarcas”, que lhes foi aplicado por pretensos historiadores, revela conceito ultrapassado encontrado em textos do século XIX e anteriores.

Duas condições contribuíram para a formação da cidade de Passo Fundo. A primeira é a posição estratégica que ocupava (e continua ocupando). A segunda é o concessionário da área não ter patente militar, nem dispor de cabedal suficiente para montar fazenda. O Cabo Neves, no interesse de seus negócios de hospedeiro de tropeiros e caravaneiros, obrigou-se a partilhar sua concessão com parceiros que se tornaram moradores do lugar. No interesse de constituir um povoado, uma freguesia, doou parte de seu terreno para a Igreja.

Nenhum dos tais “patriarcas” que receberam concessões de terras na região, aliás, áreas bem maiores da concedida ao Cabo Neves, doou terra para que se formasse uma cidade.



Cabo Neves, o Fundador

A biografia do Cabo Neves é mal e parcamente conhecida. Sabe-se o nome completo, Manoel José das Neves, e o local de nascimento, São José dos Pinhais, Comarca de Curitiba, Capitania de São Paulo. Não se sabe ao certo o ano do nascimento, nem o de morte. Supõe-se haver nascido por volta de 1790. Em depoimento prestado em 11 de junho de 1835 afirmou ter 48 anos de idade, portanto teria nascido em 1787, mas isto é muito relativo. Não existe certeza a propósito do ano de falecimento. Teria falecido em 1853, pois em ação perante o Juiz de Paz, datada de 29 de setembro daquele ano, a esposa Reginalda da Silva está qualificada como viúva. Aliás, Reginalda da Silva, natural da Lapa, na então Capitania de São Paulo, em alguns registros é citada como Reginalda do Nascimento Rocha. Quanto ao número de filhos e filhas do casal e respectivos nomes existem dúvidas e controvérsias. Uma das filhas, Maria do Nascimento Neves ou Maria da Rocha Neves, casou-se com José Ferreira Prestes Guimarães passando a assinar Maria da Rocha Prestes. Seu nome ficou constando de registros por ser mãe de Antônio Ferreira Prestes Guimarães, nascido em 13 de junho de 1837.

Em data incerta e não sabida, porém próxima do dia 8 de dezembro de 1827, o Cabo Neves e Reginalda, com filhos, escravos, agregados e algum gado chegaram ao lugar onde hoje ergue-se a cidade de Passo Fundo. A intensão era dar início a



uma fazenda agrícola e pastoril. Sem querer fundaram uma cidade. É bem provável que o Cabo Neves conhecesse o local, pois situado no caminho, a “vereda das missões”, percorrido pelo Esquadrão de Cavalaria da Milícia, no qual estava engajado como simples soldado raso, quando do deslocamento no rumo de São Borja. Gravemente ferido no combate do Rincão das Galinhas, inutilizado para seguir na vida militar, promovido honorariamente a Cabo, fez o caminho inverso até o ponto onde por conta e risco ocupou uma porção de terreno. A promoção, citada como sendo por *ato de bravura*, pode ter sido simplesmente pelo direito que lhe assistia ao ser reformado. Decorridos cerca de quatro anos de posse efetiva requereu e obteve da Comandância Militar da Fronteira, sediada em São Borja, a Concessão de Posse. A área outorgada em 30 de novembro de 1831 constou de forma muito imprecisa *uma gleba de terras de quatro léguas quadradas no Alto Uruguai*. Quatro léguas quadradas corresponderia a cerca de dezessete milhões de metros quadrados.

Após obter a legalização da posse o passo seguinte foi a doação de área de terras para a Igreja Católica e edificação de templo religioso. Condições exigidas para obter a oficialização do “povo começado”, já então com cerca de dez moradores. Sob a orientação do Inspetor do Quarteirão, o Capitão Joaquim Fagundes dos Reis, foi prometida a doação e feito o pedido de licença para a construção do templo. No dia 23 de agosto de 1835 a Capela foi consagrada. Imagina-se que a autorização para tal ato religioso foi expedida pela autoridade eclesiástica, Bispado do Rio de Janeiro, baseado na promessa de doação feita pelo casal Neves. Decorridos 50 anos da referida promessa o Major Prestes Guimarães, neto do casal, Presidente da Câmara Municipal e Chefe do Executivo no período 1882-1886, encontrou maneira de formalizar a doação indocumentada. Obteve de sua



mãe Maria da Rocha Prestes, filha do casal, na época ausente de Passo Fundo, documento no qual declarava saber que seus pais haviam doado em nome de Nossa Senhora da Conceição a área onde fora construído o templo religioso dedicado àquela santa. Mais, outorgava ao seu filho Antônio Ferreira Prestes Guimarães o direito de a representar na lavratura da Escritura Pública de doação. Em 11 de novembro de 1884 ocorreu a formalização perante o Oficial de Notas da Comarca. Destarte a Mitra Diocesana tornou-se proprietária de um grande lote de terreno no atual centro cidade. Porém na época o referido terreno estava fora do perímetro urbano da Vila. Esse documento é reconhecimento público e oficial da posse legítima em nome do Cabo Neves das terras que deram origem à cidade de Passo Fundo.

Às vésperas do 1º Centenário da emancipação político-administrativa do Município, 1957, o Instituto Histórico de Passo Fundo encarregou-se de sepultar o que restava de memória sobre o Cabo Neves. A maioria dos membros de IHFP escolheu arbitrariamente e à revelia dos fatos históricos um capitão do Exército para ocupar o cargo de fundador de Passo Fundo, aliás nem se deram conta de assinalar se era a cidade ou o município, simplesmente: “Passo Fundo, terra de Fagundes dos Reis”.

Contra Manoel José das Neves pesavam três “pecados”: ser um reles Cabo de Milícias (na verdade da 2ª linha do Exército, o que eles não sabiam e se soubessem não faria diferença), haver combatido em armas os rebeldes farroupilhas e ser semianalfabeto. O escolhido tinha vários predicados: Capitão do Exército, homem letrado e Maçon, havia tido simpatia pelos farroupilhas (apesar de não haver pegado em armas).

Manoel José das Neves merece o título de **Fundador da Cidade de Passo Fundo**, no mínimo, por três razões:



Foi o primeiro morador do lugar;

Recebeu a concessão da terra onde surgiu e desenvolveu-se a cidade;

Doou à Igreja Católica parte do terreno recebido para que, obedecendo a legislação da época, pudesse ser oficializada a incipiente povoação, formando assim o povoado e sede da freguesia.



Combate do Rincão das Galinhas

O engajamento de Manoel José das Neves na Milícia e o evento do Rincão das Galinhas são fundamentais para entender a fundação da cidade de Passo Fundo. Não que se não fosse o Cabo Neves a cidade não houvesse sido fundada onde o foi. O local, junto à estrada das tropas, à conveniente distância do passo do Rio Passo Fundo e dos matos dominados pelos índios Kaingáng, era circunstância impositiva. Poderia haver sido um outro miliciano ou um biriva. Porém, em História trata-se do que aconteceu no passado, não o que poderia ter acontecido. A História trabalha com fatos não com suposições.

O fato a ser levado em consideração é que sendo Manoel José das Neves pessoa de origem humilde uma das alternativas de que dispunha era engajar-se na Milícia. Foi o que fez. O esquadrão de cavalaria da Comarca de Curitiba, em que sentou praça, foi deslocado, juntamente com outras unidades da milícia paulista, para a fronteira meridional em função das disputas pela Banda Oriental. O referido deslocamento foi feito pela “vereda das missões”, rota explorada em 1816 pelo Alferes Athanagildo Pinto Martins com objetivo militar. Fica óbvio que nesta marcha o cavalariano Neves conheceu o lugar onde em 1827 fixou-se. Pelo decreto de 1º de dezembro de 1824, determinando a organização do Exército Brasileiro, as Milícias, tropa de 2ª linha, passaram a formar a 2ª linha do Exército. Assim o es-



quadrão curitibano e mais outros três esquadrões de Cavalaria, todos da Legião Paulista, compuseram um Regimento de Cavalaria Ligeira, que foi aquartelado em São Borja. Integrando este regimento o soldado Neves participou da Guerra Cisplatina e do combate do Rincão das Galinhas.

A atual República Oriental do Uruguai, na época conhecida como “banda oriental”, fora integrada em 31 de julho de 1821 ao Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves como Capitania Cisplatina. Com a Independência tornou-se uma das dezenove Províncias do Império. Em 19 de abril de 1825, apoiados por Buenos Aires, os orientais rebelaram-se dando início à segunda fase da Guerra Cisplatina. Em 24 de setembro de 1825 deu-se o Combate do Rincão das Galinhas.

O combate que historiadores uruguaios citam como “batalha” feriu-se na área onde os rios Uruguai e Negro confluem formando um “canto oculto”, um “rincão”, uma “parte de campo protegido”. Neste caso específico há penhascos que reforçam a proteção, além de terrenos pantanosos, “banhados”, no lado “aberto”, lado oposto à confluência. Locais assim limitados por acidentes naturais, num tempo em que não havia meios de cercar, seja com alambrados, seja por outros meios, eram grandemente apreciados para criação de bovinos ou equinos. Os penhascos sendo habitados por galináceos autóctones, as “pavas del monte”, originou a denominação de “Rincón de las Gallinas”. O lugar figura como “Rincón de Haedo”, nome do antigo proprietário da estância que ali existiu. Ao tempo da segunda fase do conflito da Cisplatina ali pastavam arrinconados mais de oito mil cavalos, um incalculável tesouro para qualquer uma das forças beligerantes. Além de ser uma fortuna para os oficiais que participassem do butim de guerra.

Sabendo que uma tropa brasileira dirigia-se ao Rincão a



fim de potrear, um contingente de 250 soldados orientais, sob o comando do coronel José Frutuoso Rivera, transpôs o Rio Negro no Paso del Vera usando canoas. Isto ocorreu no dia 23 de setembro. A patrulha brasileira que guardava a cavallhada foi feita prisioneira. No dia seguinte, quando um contingente de 700 combatentes aproximou-se, Rivera enviou ao encontro um piquete de 40 fuzileiros que de pronto perseguido, simulou fuga. Conhecedores do terreno executaram várias manobras conduzindo os perseguidores para dentro do pântano. Literalmente a tropa brasileira foi pro brejo. Disso valeu-se Don Frutos para infligir fragorosa derrota aos comandados dos coronéis Menna Barreto e Gomes Jardim.

Na historiografia brasileira (inclusive militar) o combate do Rincão das Galinhas é quase ausente. Quando figura é de modo acanhado e confuso. Pelo que consta, o fracasso começou pela disputa entre os coronéis Menna e Jardim. Este ficou com o comando por ser mais idoso, Menna tinha apenas 27 anos de idade. Havia muito dissenso entre a oficialidade na disputa por postos mais bem remunerados. A tropa brasileira, neste evento, era formada por Cavalaria de 2ª Linha. Jardim escolheu para fazer a vanguarda o regimento de gaúchos, 190 cavalarianos, por serem mais experientes e mais audazes que os paulistas. O regimento paulista com 230 cavalarianos, entre os quais certamente o soldado Neves, seguiu a uns mil passos atrás. Na retaguarda dois regimentos de índios guaranis missioneiros. Gaúchos e paulistas estavam armados com carabinas, os índios com lanças e punhais. Quando Rivera surgiu de chofre de espada em punho a frente de metade de seu contingente, em tática de guerrilha, a vanguarda brasileira recuou em desordem chocando-se com o outro regimento. Na confusão do entrechoque foram envolvidos pelo restante do contingente oriental. Os guaranis, quando se deram conta da enrascada em que haviam



sido metidos, saquearam o trem de mantimentos e desertaram. Devem haver pensado, “são brancos, que se entendam!”

No combate pereceu lutando o Coronel José Luís Menna Barreto e 15 oficiais. Entre mortos e prisioneiros as baixas brasileiras teriam sido em torno de 120 combatentes. Rivera em sua Parte destaca haver feito mais prisioneiros que o número de seu efetivo. Jardim retirou-se para o Arapeí, à frente de 300 homens que conseguiu salvar. Como de praxe os números referidos por ambos os lados não se ajustam.

Para a História de Passo Fundo o fato significativo é o soldado Neves, gravemente ferido, haver sido recolhido à enfermaria do quartel em São Borja. Salvou-se, mas ficou inútil para o serviço militar sendo dispensado, reformado. Foi recompensado com a promoção a Cabo, conforme uso. Tornou-se Cabo “honorário”. Conservou pelo resto da vida profunda cicatriz na cabeça e o título de Cabo Neves.

Antonino Xavier e Delma Rosendo Ghem cometem grave equívoco ao escreverem que Manoel José das Neves teria sido ferido na Batalha do Passo do Rosário. Se assim fosse ele não teria alcançado chegar a Passo Fundo no final de 1827, nem no início de 1828. A batalha ocorreu às margens do Riacho Ituzaingô no dia 27 de fevereiro de 1827. Mais um fracasso das armas brasileiras. Os feridos graves foram recolhidos a São Gabriel.



Mitos, invencionices e preconceitos

Pouco se sabe da vida e da personalidade de Manoel José das Neves. A isto acresce o fato de nossa História passo-fundense haver sido escrita, basicamente, por historiadores autodidatas, pouco afeitos ao rigor da pesquisa, e por sua vez seus escritos replicados por outros historiadores autodidatas, inclusive por escritores não historiadores, sem a necessária crítica historiográfica. Mesmo pós-graduados em História têm cometido idêntico erro. O resultado é termos biografias do Cabo Neves que além das evidentes contradições entre si, também referem episódios ou fazem afirmações que não se coadunam com fatos relatados, seja na História do Rio Grande do Sul, seja na História do Brasil.

Há os que escrevem História como se fosse novela ou romance. Alguns até são bons ficcionistas que se apresentam como historiadores. *Ne sutur ultra crepidam!* Dentre eles há os que acrescentam ao título da obra subtítulos tais como: A verdadeira História ou A História definitiva. Seus conhecimentos de Teoria da História são tão parcos a ponto de ignorarem que Verdade e Definitivo não têm lugar nos quadros da ciência historiadora. A propósito Ecléa BOSI ensina: *Os livros de História são pontos de vista, uma versão do acontecido, não raro desmentidos por outros livros com outros pontos de vista.* Nunca é demais destacar o caráter científico e objetivo pelos quais



deve pautar-se a escrita da História. Não se trata de literatura ficcional destinada a entreter, muito menos buscar coonestar ideologias políticas, religiosas ou outras. Não pode resultar da imaginação, fantasia ou compromissos do escritor e sim basear-se em rigorosa pesquisa, inquérito, investigação detalhada das mais variadas fontes.

Por outro lado, se nos últimos anos no âmbito de cursos universitário, dentre os quais os cursos de História em seus Programas de Pós-Graduação, tem havido preocupação com a História Local e Regional da área de abrangência das respectivas IEs, por outro lado, é possível detectar em significativa quantidade desses trabalhos acadêmicos fatos e dados incorretos. Desse mal enfermam muitos textos acadêmicos produzidos a propósito da História passo-fundense, inclusive do tema em pauta, o Cabo Neves e a fundação da Cidade de Passo Fundo.

Mitos e invencionices começam já nos relatos da chegada do Cabo Neves ao lugar onde hoje está a Cidade de Passo Fundo. Dizem que Manoel José das Neves veio com o título de concessão. Que o título foi recebido em retribuição aos serviços prestados à causa Imperial. Que o título foi concedido pelo Governo do Império. Citam o título como sendo de Sesmaria. Alguém chegou ao ponto de escrever que o Cabo Neves recebeu o título de concessão assinado por Dom Pedro II [sic!]. Para completar, o Cabo Neves no Rincão das Galinhas teria sido reconhecido Herói Nacional!

Outra série de mitos e invencionices é a que se refere à doação de terra em nome de Nossa Senhora da Conceição (para alguns a dobradinha Nossa Senhora da Conceição Aparecida), e construção de um templo religioso. Atos que são atribuídos ora à devoção religiosa do próprio Cabo Neves, ora à devoção da sua esposa Reginalda da Silva. Igualmente quanto a uma tal



promoção de cabo a capitão! Sem falar na confusão entre Rinção das Galinhas e Passo do Rosário.

Quanto aos preconceitos, estes se manifestam em especial no fato de não aceitar o Cabo Neves como fundador da cidade. Via de regra é encontrado um outro fundador ou é sobreposto um “patriarca”.

Afim de buscar uma razoável aproximação com os fatos históricos é necessário confrontar o pouco que se sabe da biografia da Manoel José da Neves com o registrado nos anais da História que possa servir para com objetividade buscar construir a História da Fundação da Cidade de Passo Fundo e do seu fundador.

O regime de Sesmarias cessou com a Independência. Enquanto não estabelecida uma legislação adequada vigorou o sistema provisório de Concessão de Posse. Um provisório que durou quase 30 anos. Em 1850 foi promulgada a Lei de Terras. As concessões provisórias de terras eram dadas pelo Presidente da Província, portanto era assunto provincial e não do governo imperial. Além disso, como no Rio Grande do Sul as coisas são diferentes, em dois terços de seu território, o lado Oeste, isto é o lado do Rio Uruguai, o Comandante Militar da Fronteira assumiu para si a tarefa das concessões. Destarte o próprio governo provincial ficou excluído e as concessões adquiriram um caráter eminentemente militar. Obtinham concessão de terras oficiais e ex-oficiais do Exército e das antigas Milícias e Ordenanças. Também era agraciados negociantes capazes de provar ter o suficiente cabedal (capital em bens, inclusive escravos) para se estabelecerem. As melhores áreas de campo na Fronteira e Missões foram concedidas, via de regra, a oficiais superiores. Áreas menos valorizadas como as do Planalto (então denominado Cima da Serra) ficaram para oficiais inferiores (capitão,



tenente, alferes). Um cabo, um furriel e mesmo um sargento, o mais que podia conseguir, tal qual um soldado raso, era tornar-se agregado de um concessionário. Isso explica porque o Cabo Neves veio e por conta e risco apossou-se, em dezembro de 1827, da parte sobrança. Por ser próxima demais do território kaingang era o que então sobrava. Ex-oficiais milicianos, todos subalternos, e negociantes já haviam recebido sesmarias antes de 1822 e concessões após 1822, desde Cruz Alta até o Jacuizinho. Do Jacuizinho até o Pinheiro Torto, a partir de 1824, foram distribuídas concessões a iguais aquinhoados. Todavia só vieram estabelecer-se em 1827-1828. Como ninguém dos graúdos requereu concessão de terra entre o arroio Pinheiro Torto e o rio Passo Fundo um “miúdo”, o Cabo Neves, teve a audácia de ocupar por conta própria. Decorridos quatro anos do fato consumado é que conseguiu a concessão, em 30 de novembro de 1831.

Nesse meio tempo chegara a Passo Fundo o Capitão Joaquim Fagundes dos Reis, oficial aquartelado em Cruz Alta desde 1828, designado Comissário de Área. Em 1833 Fagundes foi promovido a Inspetor de Quarteirão. Era o encarregado de organizar o território, fiscalizar e cobrar os impostos, principalmente, dos proprietários de tropas de mulas. Foi ele quem orientou o Cabo Neves a requerer a Concessão da área ocupada. Tendo se formado uma incipiente povoação com cerca de dez moradores, aos quais o Cabo havia cedido lotes de terreno, o passo seguinte foi doar parte da área concedida para a Igreja Católica, conforme estabelecia a legislação. Também foi construído um templo religioso, consagrado em agosto de 1834. Desta forma, sob a orientação do Capitão Fagundes dos Reis, Manoel José das Neves foi cumprindo os trâmites para a formação de um povoado e sede de freguesia, o que se coadunava com seus negócios de comércio de animais e hospedei-



ro de tropeiros e caravaneiros. Um homem de negócios e não um devoto ou um benevolente como alguns ficcionistas o tem descrito. Dir-se-ia hoje, um Empreendedor, além de corajoso e temerário. Bem diferente dos conservadores “patriarcas”.

Cabe destacar que “morador” era o luso-brasileiro do sexo masculino, cabeça de casal, proprietário. A viúva que assumia a cabeça de casal por morte do marido era incluída no rol dos moradores. Agregados, peões, escravos, indígenas aculturados, changadores, não eram contados como moradores e permaneciam dependentes de um proprietário, fosse de lavoura, de gado ou de comércio. Por isso é pleonasma vicioso dizer que o *Cabo Neves foi o primeiro morador branco*. Fosse o primeiro ou o último, se era “morador”, obrigatoriamente era “branco”. Outra escreveu que em 1833 na povoação do Passo Fundo havia dez casas. Deve haver associado “dez moradores” com “dez casas”, como se os agregados, os peões, os escravos e todos os outros habitantes do lugar vivessem ao relento ou nas árvores! Talvez tenha copiado, sem a obrigatória crítica historiográfica, Antonino Xavier que escreve “dez casas” no lugar onde deveria haver escrito “dez moradores”.

Disparate é escrever que Manoel José das Neves veio com um título de sesmaria assinado por Dom Pedro II. Para começar, em 1827 não existia nenhum Pedro II, havia uma criança com dois anos de idade chamada Pedro de Alcântara, Pedro II só a partir de 1840. Pode ter o digitador acrescentado um risquinho a mais, o firmador do título seria o Pedro I. O erro persiste, primeiro por não ser das atribuições do Imperador, segundo porque o Pedro I havia viuvado em 11 de dezembro de 1826, estava às voltas em meio à pressão da Marquesa de Santos para que com ela se casasse e a obrigação de casar com uma princesa europeia, o que veio acontecer. Além desses problemas familiares, tinha que se preocupar com as badernas



dos mercenários alemães, se preocupar com Buenos Aires e os orientais que queriam a Cisplatina, se preocupar com a oposição dos brasileiros descontentes com seu modo de governar. Não sobrava tempo para atender as pretensões fundiárias de um antigo miliciano, transformado em Cabo de 2ª linha, inútil para o serviço militar.

A “criatividade” de pretensão historiador chega ao cúmulo de escrever: *Cabo Manoel José das Neves, mais tarde Capitão, veio comandar uma escolta de seis praças e assegurar a integridade territorial do Passo Fundo*. Essa invenção não merece reparo, tal o disparate.

Um equívoco é escrever que durante a guerra civil denominada Farroupilha Manoel José das Neves foi promovido de Cabo a Capitão de Milícias. Em primeiro lugar em 1824 os combatentes milicianos foram integrados a unidades de 2ª linha do Exército Brasileiro. Em 1831 as milícias e ordenanças foram extintas. Em segundo lugar os postos na Guarda Nacional, força de organização municipal criada em 1831, eram distribuídos com base no volume de bens do aspirante ao posto. Quando do início da insurreição Neves foi qualificado Alferes. Tendo o Capitão Teodoro da Rocha Ribeiro, comandante do destacamento passo-fundense, pedido licenciamento por motivos de saúde, Neves foi promovido para a vaga. O outro capitão da Guarda Nacional em Passo Fundo foi Manoel José d'Araújo, ficou conhecido como Capitão Araújo. Porém o seu xará continuou a ser o Cabo Neves, tal qual em Porto Alegre Manoel Vieira da Rocha que foi Capitão da Guarda Nacional continuou sendo o Cabo Rocha ou em Lagoa Vermelha Francisco Inácio Ferreira que foi Coronel da Guarda Nacional continuou como Francisco Furriel ou Chico Furriel. Na hierarquia militar furriel é o atual 3º sargento.



Há os que colocam em dúvida haver Manoel José das Neves, um reles ex-soldado miliciano, ocupado o posto de Capitão da Guarda Nacional. Deveriam consultar o rol dos oficiais da Leal Divisão Cruzaltense que na Batalha de Coritibanos, 12 de janeiro de 1840, derrotou os rebeldes farroupilhas e deu fim à República Juliana. Tendo regressado permaneceu no povoado no comando do pequeno grupo legalista que se mantinha em armas e se ocupava da segurança dos habitantes e seus bens. Em 1843 um piquete farroupilha ao mando do Capitão José Antônio de Quadros, fazendeiro no Jacuizinho (atual município de Carazinho), ocupou inesperadamente o lugar pondo em fuga o grupo do Capitão Neves, em inferioridade numérica. Na Entrada do Mato Castelhano foram alcançados e feitos prisioneiros. Trazidos de volta foram apresentados a Fagundes dos Reis, Juiz de Paz do Distrito, o qual mandou a todos em liberdade. Esta deve ter sido a última participação do Capitão Manoel José das Neves na guerra civil. Certamente a partir desse momento retomou seus “avios de negócios”, seus “negócios de animais”. Voltou a ser o Cabo Neves.

Dizer que a doação de terreno e a construção do templo religioso foi por devoção é pura invencionice. Se fossem devotos Manoel e Reginalda teriam mandado construir a capela no centro da povoação, próximo da casa que habitavam, isto é nos arredores da atual Praça Tamandaré, e não a meia légua de distância, fora da área povoada, onde hoje está a esquina das ruas Coronel Chicuta e Moron.

Outro mito é que o Cabo Neves foi tropeiro. Nunca foi tropeiro. Manoel José das Neves, como consta em registros oficiais foi negociante de animais. Outra atividade foi a de hospedeiro de caravaneiros e tropeiros. Também cabe destacar que o Cabo Neves fundou a atual cidade de Passo Fundo na área onde está a Praça Tamandaré e não à beira do Rio Passo Fundo.



As terras junto ao Rio Passo Fundo era muito inseguras. Cabo Neves era suficientemente conhecedor que lá estaria exposto aos ataques dos donos dos matos, os Kaingáng. Nem a área dos arredores da atual Praça Marechal Floriano quis ocupar, deu de graça para a Igreja Católica. Durante muito tempo o Rio Passo Fundo foi apenas a referência geográfica por ser o caudal mais importante próximo à nascente urbe e cruzar a estrada tropeira, justamente no ponto conhecido como “passo fundo”.

Afirmção sem fundamento é a da inimizade ou disputa entre Neves e Fagundes. Este quando chegou ao lugar, como autoridade, o outro estava estabelecido fazia quase três anos. Orientou a legalização da posse e os trâmites para a elevação de “povo começado” à categoria de Povoado e sede de Freguesia. Em 1834 Fagundes dos Reis, eleito Juiz de Paz, teve entre seus auxiliares Manoel José das Neves, Oficial de Justiça, e o genro deste, José Prestes Guimarães, Escrivão. Iniciada a guerra civil em 1835, o Alferes Neves, cumprindo ordens superiores, efetuou a prisão do Capitão Fagundes suspeito de ser simpatizante dos revoltosos farroupilhas. Em 1843, quando o Capitão Neves foi apresentado preso ao Juiz Fagundes dos Reis, este não homologou a prisão e mandou-o em liberdade.



O Cabo logrou o Bispo

Dois fatos têm merecido as mais diversas descrições e interpretações, na maior parte sem nenhum fundamento objetivo. Um é a doação de terra em nome da Nossa Senhora da Conceição. Outro é a construção do primeiro templo religioso em Passo Fundo. A doação foi feita por Manuel José das Neves e sua esposa Reginalda da Silva. A capela foi consagrada em 23 de agosto de 1835.

Escritos a propósito desses dois fatos costumam justificar pela devoção de Manoel, segundo alguns, ou de Reginalda, segundo outros. Pura ficção de quem escreve baseado em conceitos contemporâneas, sem buscar pesquisar a história da legislação e da cultura naquela época.

Determinava a legislação, para que um aglomerado populacional fosse oficialmente reconhecido e obtivesse a categoria de Povoado, a obrigatoriedade de doar terra para a Igreja Católica. Deve-se notar que, até a Proclamação da República, Estado e Igreja estavam unidos. Havia a mútua interferência entre ambas administrações. A terra doada devia compreender terreno para edificação do templo religioso e da casa para moradia do Pároco quando ocorresse a elevação à Capela Curada, terreno para o cemitério ao lado do templo, e terreno de cuja exploração pudessem ser auferidos os ganhos necessários à manutenção do culto. Em Portugal e em outras nações católicas



estava preceituado que o templo religioso devia ser construído no centro do núcleo urbano tendo em frente um largo ou praça, o Rossio (também grafado Rocio). Tal regra foi observada no Brasil, todavia em razão da extensão territorial a fiscalização eclesiástica não conseguia atingir os lugares distantes e a fiscalização civil via de regra não dava importância a este detalhe. Foi assim e certamente com a conivência de Fagundes dos Reis, a única autoridade na área, que o Cabo Neves logrou o Bispo.

Manoel José das Neves além de doar terras, na época, inaproveitáveis lá construiu o templo, meia légua longe do núcleo habitado. A edificação religiosa, na verdade um rancho de pau a pique com cobertura de palha, foi erguida mais ou menos onde atualmente está a esquina das ruas Coronel Chicuta e Moron, no lado oposto ao prédio dos Correios. Pelas descrições transmitidas a capela ficava na diagonal do atual arruamento com a face na direção Noroeste, isto é voltada para onde se aglomerava o casario, entorno da atual Praça Tamandaré e trecho da estrada das tropas.

Do lado Sul da capela formou-se o cemitério, usado até 1902 quando a Municipalidade inaugurou o Cemitério Vera Cruz e mandou desativar o antigo “campo santo”.

Nos parágrafos supra “capela” é usada na acepção de templo religioso, porém há outros dois sentidos. Capela era o terreno doado, também dito “terra do santo” ou “da santa”, no caso de Passo Fundo, Nossa Senhora da Conceição. Capela era o território, com os respectivos habitantes, abrangido por determinado templo religioso. Em relação às autoridades religiosas na época da sacração da capela a área que veio formar o primitivo Município de Passo Fundo dependia da Comarca Eclesiástica de Cruz Alta, da Vigararia Geral de Porto Alegre e do Bispado do Rio de Janeiro.



O fato do templo religioso ficar longe do povoado, aliado à pouca ou nenhuma devoção dos seus habitantes fez com que passasse a maior parte do tempo em mau estado ou em ruínas. Inaugurado em agosto de 1834, foi reformado no segundo semestre de 1845 para poder ser elevado à categoria de Capela Curada ou Freguesia, sede paroquial assistida por um Cura. Contudo em 7 de agosto de 1857, quando, aproveitando a presença do vigário de Cruz Alta, os vereadores recém empossados reclamaram a nomeação de um Pároco tiveram como resposta que primeiro teriam que recompor o templo. Quer dizer que a capela estava em ruínas e sem Cura. No final do século XIX, quando a Igreja já estava separada do Estado é que foi tomada a iniciativa de construir a Igreja Matriz no então centro da cidade. Um templo em alvenaria e com direito a “rossio”, a Praça Tamandaré. Mais uma vez foi assinalado o *estado ruinoso* em que se encontrava o antigo templo.

O resto do terreno doado pelo casal Neves continuou abandonado. Na Planta da Freguezia do Passo Fundo, desenhada em 1853, estão assinaladas algumas casas e cercas na área que teria sido doada. A partir de 1857 a Câmara Municipal, por considerar aquela área, e outras, devoluta, isto é, vaga, desocupada, passou a dar concessão de lotes urbanos a quem requeresse. Quando Chefe Municipal do Executivo e do Legislativo, o Major da Guarda Nacional Antônio Ferreira Prestes Guimarães encontrou uma maneira de escriturar em nome da Cúria Diocesana de Santa Maria a área que teria sido doada pelo casal Neves, seus avós maternos. A escritura foi lavrada no Ofício de Notas da Comarca em 11 de novembro de 1884, Livro nº 17, fls. 39 v. a 40 v. pelo tabelião Martim Francisco do Amaral Monteiro. Reza o documento: *Presente o Padre Thomas de Sousa Ramos, Vigário desta Parochia.*

O ato notorial foi apresentado como Escritura Pública de



ratificação e rectificação. Entrementes por não existir a propósito documento anterior por escrito, portanto escriturado, não havia nenhuma Escritura a ratificar e retificar. Com essa escritura firmada por Prestes Guimarães, em nome de sua mãe Maria da Rocha Prestes, filha do casal Neves, a Diocese de Santa Maria tornou-se proprietária legal de boa parte do atual centro da cidade. Destarte os ocupantes dos lotes deveriam passar a pagar um foro (espécie de aluguel anual) para o Bispado de Santa Maria, pois seriam “terrenos foreiros”.

Pelo que se depreende das questões surgidas em relação àqueles terrenos a Municipalidade não levou em conta o “jeitinho” dado por Prestes Guimarães. Do início do século XX até 1930 a Intendência Municipal formalizou concessões mediante Alvará com licença de edificação. Disso decorreu a denominação “terrenos de alvará”. Do concessionário era cobrado um imposto ou taxa, em 1906 a quantia era de 65\$000 (sessenta e cinco mil réis), em 1918, 190\$000 (cento e noventa mil réis).

Com a inauguração da via férrea em 28 de fevereiro de 1898 o “centro da cidade” paulatinamente transferiu-se para próximo da Estação Ferroviária, tendo como eixos principais duas vias (atuais Gal. Netto e Bento) que ligavam a estação à Rua do Comércio, posteriormente Avenida Brasil. A consequente valorização dos terrenos provocou a reclamação do Bispo de Santa Maria pela propriedade da área que teria sido doada conforme a Escritura de 1884. No final da década de 1930 a disputa entre a Mitra Diocesana e a Prefeitura Municipal foi levada aos tribunais, o que se prolongou até o início dos anos 50. O desenvolvimento urbano da cidade de Passo Fundo permaneceu entravado, visto que a licença de construção era insuficiente. Para empreendimentos imobiliários de vulto fazia-se necessário o título de propriedade.



Após instalada a Diocese de Passo Fundo, em 22 de julho de 1951, ocorreu um acordo entre o Bispo Cláudio Colling e o Prefeito Daniel Dipp. Autorizado pela Lei Municipal nº 519, de 8 de novembro de 1954, o Prefeito aceitou a cessão, renúncia e transferência de todos os possíveis direitos decorrentes da escritura de 1884 por parte da Mitra Diocesana, recebendo essa em contrapartida a quantia de Cr\$1.200.000,00 (hum milhão e duzentos mil cruzeiros) a ser empregada nas obras da Catedral que então estava em construção. O ato foi assentado, em 6 de dezembro de 1954, no Livro nº 63, de Compra e Venda e outros contratos, fls. 76 a 77 vº. Com base nessa Escritura Pública o Executivo Municipal pode vender os “terrenos de alvará” e assinar as respectivas Escrituras. Nota curiosa: decorridos 60 anos, na cidade ainda existem “terrenos de alvará” não escriturados.



Monumento ao Cabo Neves

Praça Itália, canteiro central da Avenida Sete de Setembro – antigo leito da via férrea – no trecho entre as ruas Teixeira Soares e Quinze de Novembro, criada pela Lei Municipal nº 3.435 de 7 de outubro de 1999 em homenagem à República Italiana.

A Praça Itália caracteriza-se pelos monumentos que homenageiam: Dante Alighieri, 1265-1311, nascido em Florença, na Península Itálica, poeta, com a obra La Divina Comédia foi um dos criadores do padrão culto da língua italiana escrita. Leonardo Da Vinci, 1452-1519, cientista, pintor, escultor, arquiteto, engenheiro, inventor e escritor, nascido em Florença. Felipo Isnardi, 1802-1860, pároco da capela curada da Nossa Senhora da Conceição do Passo Fundo entre 1852 e 1854. Giuseppe Garibaldi, 1807-1882, nascido em Nizza, atual Nice na França, herói da unificação da Itália, lutou na guerra civil gaúcha conhecida como “Revolução Farroupilha”, participou da proclamação da República Juliana em Santa Catarina. Anita Garibaldi, Ana Maria de Jesus Ribeiro, 1821-1849, nascida em Morrinhos do Mirim, Laguna, Santa Catarina, casou-se com Giuseppe, acompanhou-o no retorno à pátria, ocasião em que participou da luta pela unificação da Itália. Etnia Germânica, o monumento refere o dia 25 de julho de 1824, considerado o início da colonização germânica do Rio Grande do Sul. Etnia Africana, o monumento faz referência à Lei da Abolição da Escravatura, 13 de maio



de 1888, e à Princesa Isabel. Veteranos da 2ª Guerra Mundial, em honra aos Pracinhas Brasileiros que lutaram na Itália contra o nazi-fascismo, em especial o passo-fundense Tenente Miguel Pereira. Também é homenageado o Cabo Fredolino Chimango, passo-fundense tombado na batalha de Montese, Itália, em 14 de abril de 1945.

A estes oito monumentos foi neste ano de 2015 acrescido mais um. O monumento ao Cabo Neves, FUNDADOR DA CIDADE DE PASSO FUNDO.

O monumento ao Cabo Neves lembra, homenageia e conserva para as futuras gerações a memória de Manoel José das Neves. Fato digno de nota: No ano em que se completam 188 anos do surgimento da cidade de Passo Fundo esse é o primeiro monumento erigido ao seu FUNDADOR. Ademais, decorreu da atitude de um imigrante estrangeiro que adotou, faz 50 anos, Passo Fundo para aqui viver.

A iniciativa dos monumentos e conservação da Praça está a cargo de uma comissão especial, o Comitato Piazza Italia, sob a coordenação do Cavaliere de la Republica Italiana Aldo Alessandri e sua esposa, Elohy Bertoldo Alessandri.





Parque Cabo Neves

Na cidade de Passo Fundo os topônimos, como soe acontecer nas urbes brasileiras, homenageiam personalidades da vida nacional, estadual e local, fatos históricos, datas significativas e algumas figuras de renome mundial. Seria óbvio e natural o Fundador da Cidade estar lembrado em um lugar de destaque, por exemplo na praça surgida onde morou e onde deu início à atual Capital do Planalto. Mas ali, desde 1913 é lembrado Tamandaré, uma figura nacional que poderia muito bem ser homenageada em outro lugar (ultimamente fabricantes de placas acrescentaram Almirante).

Para não dizer que o Cabo Neves foi completamente relegado ao esquecimento em 1965 a Câmara Municipal de Vereadores, pela Lei nº 1.150, nominou uma viela de periferia Travessa Cabo Neves, numa placa pespegada num poste consta Rua Cabo Neves. Onde fica? Na Vila Alice, entre a Rua da Ponte e a Rua Décio Martins Costa. Onde fica a Vila Alice? Entre a Vila Santa Maria e o Bairro São Luiz Gonzaga, junto ao Arroio Santo Antônio. Um morador ali das redondezas perguntado se sabia quem era o homenageado respondeu: “Um brigadiano que morou ali do outro lado do rio quando isso aqui era um potreiro.” Acrescentando: “O Cabo Neves era homem de muito respeito!”

Certamente Manoel José das Neves, o Cabo Neves, na condição de **Fundador da Cidade de Passo Fundo**, é merece-



dor de lembrança bem mais distinta e em ponto de destaque.

A área usada desde 1923 para quartel das unidades militares sediadas em Passo Fundo, III/8º RI, depois I/20º RC, convertido em 1973 no III/1º RCMotorizada e em 1981 no III/5º RCMecanizada, foi desocupada pelo Exército Brasileiro quando essa última unidade foi transferida para o Paraná. A partir daquele momento a Municipalidade usou, em caráter precário, os prédios ali existentes para acomodar algumas secretarias e serviços municipais. Da mesma forma a Brigada Militar ali aquartelou o BOE.

Por feliz acordo entre o governo federal e o governo municipal de Passo Fundo os prédios do antigo quartel (atualmente tombados juntamente com o muro e outros anexos) e a área irá sediar o Campus da Universidade Federal da Fronteira Sul. Inicialmente ali funcionarão apenas Cursos de Saúde. Conforme previsto no acordo, a área ademais de educacional e de pesquisa será local de cultura, esporte e lazer aberta ao público da cidade e visitantes. Na prática o Campus da UFFS será um parque a ser usufruído pela comunidade passo-fundense.

A questão fulcral que aqui é posta refere-se ao fato do local estar inominado, simplesmente identificado com “antigo quartel do Exército”. Desta constatação e com base em todo o exposto sobre a figura de Manoel José das Neves decorre a proposta de nominar a área PARQUE CABO NEVES.



Epílogo

A título de fecho da presente coletânea cabe destacar ser uma História inconclusa. Os artigos que a compõe são resultado, como está dito na Apresentação, de 25 anos de pesquisas da história local e regional. O escrito sobre a pessoa e as ações de Manoel José das Neves é resultado de pesquisa bibliográfica e consulta a alguns documentos. Trata-se de uma abordagem preliminar filtrada pela necessária crítica historiográfica. Sendo coletânea de artigos há repetições. Deve ter prosseguimento com a busca e acurado exame de uma gama maior de documentos e mais ampla bibliografia. Os fatos históricos construídos são provisórios, podem vir a ser complementados, modificados, ou mesmo, desconstruídos. *Os livros de História são pontos de vista, uma versão do acontecido, não raro desmentidos por outros livros com outros pontos de vista.*

Igualmente outros fatos relativos ao Cabo Neves, não abordados por motivo da falta de elementos mais substanciais, permanecem em aberto. Um deles é a expansão da posse para o lado do poente e o confronto com a posse do Alferes Bernardo Castanho da Rocha. Outro é a disputa com ervateiros, possivelmente antigos posseiros informais, caboclos da região, acu-



sados pelo Cabo Neves de “intrusos” nas terras que lhe haviam sido concedidas. São dois tipos de procedimento usuais dos fazendeiros daquela época, todavia precisam ser fundamentados para que se produza História e não ficção ou “disse me disse”. Também deve ser examinada a tradição recolhida por António Xavier segundo a qual o Cabo Neves teria construído sua morada onde hoje está o leito da Rua Paissandu, entre a Teixeira Soares e a XV de Novembro. Na planta de 1853 nenhuma casa está assinalada naquele ponto.

Os textos desta coletânea podem passar a impressão de que a origem e o desenvolvimento inicial do núcleo urbano devem-se apenas a um “herói”, o Cabo Neves, e alguns poucos coadjuvantes. Mas a realidade foi bem outra. Nos 30 anos iniciais, da chegada do Fundador, 1827, à emancipação municipal e elevação à categoria de Vila, 1857, cerca de um milhar de pessoas viveram e atuaram no lugar. Todavia, desse milhar menos de uma centena tiveram seus nomes registrados nos documentos e pela historiografia. Por outro lado, tratando-se de um trabalho específico e não aprofundado, fez-se um recorte focando apenas a figura de Manoel José das Neves.

Em relação ao conteúdo ora publicado aguarda-se sugestões e, principalmente críticas.

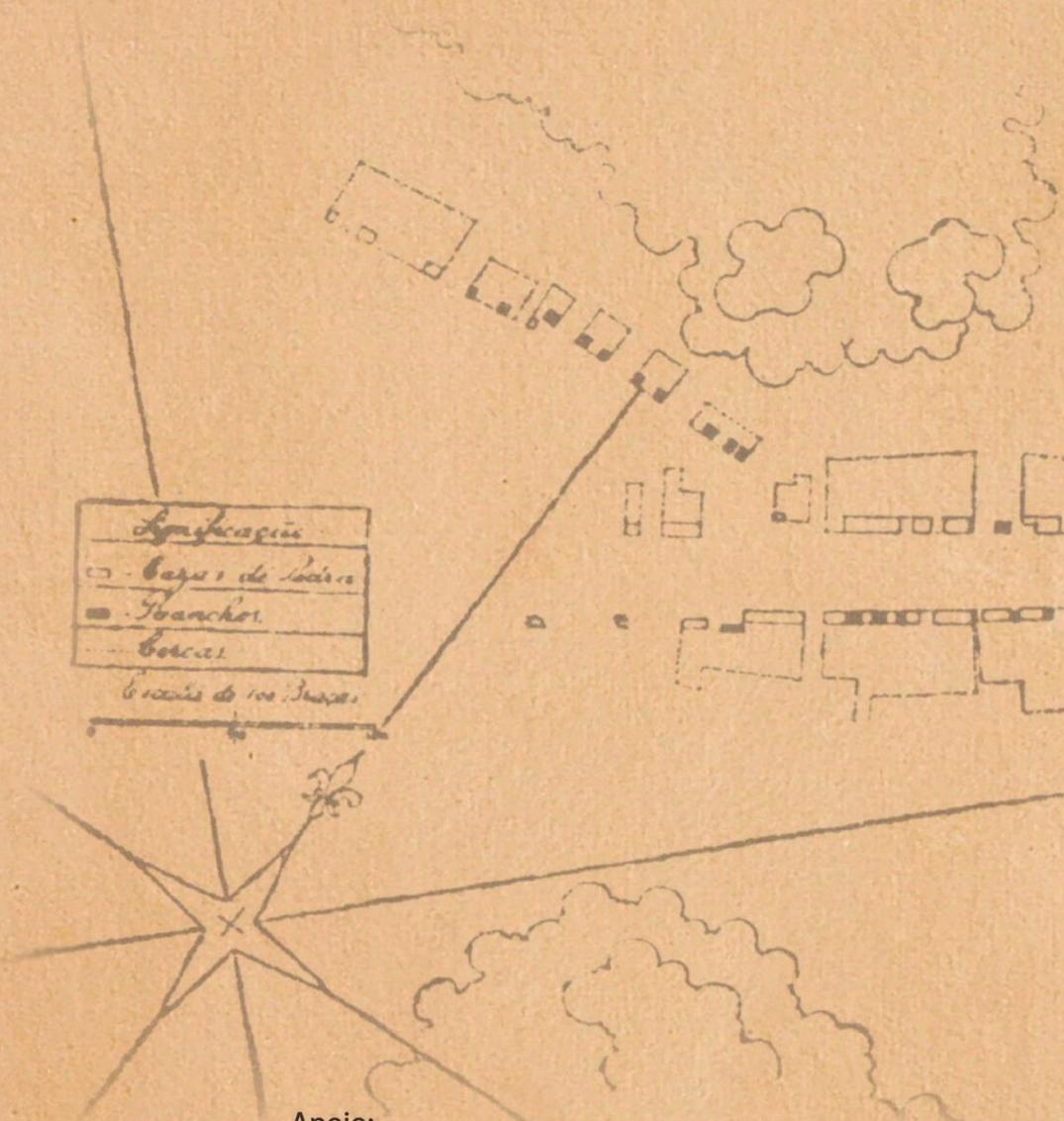




[Catálogo do Projeto Passo Fundo](http://www.projetopassofundo.com.br)
www.projetopassofundo.com.br

Ney Eduardo Possapp d'Ávila

nasceu em Passo Fundo, na terça-feira de carnaval de 1941. Filho de Narciso Vieira d'Ávila e Olinda De Bona Possapp. Tem uma filha, nascida em Moscou, Jana Eleonora e um neto, Murilo Tayti. Desde os tempos de Ginásio, militou na política estudantil, na imprensa estudantil e na JEC. Em julho de 1961 foi eleito vice-presidente da UGES. Transferiu-se para Porto Alegre. Em agosto-setembro a Legalidade, junto com outros líderes estudantis viveu intensamente aqueles dias. Ingressou no Curso de Economia da UFGS, passando a militar no Diretório Acadêmico, na Juventude Universitária Católica - JUC e na Ação Popular - AP. O golpe militar do 1º de abril de 1964 o encontra em plena militância. A ficha de "subversivo" obriga abandonar a Universidade. Em 1965 foi estudar na URSS, em Moscou. Coursou Planificação da Economia Nacional na Universidade da Amizade dos Povos "Patrice Lumumba". Conheceu países da Europa, Ásia e África. Logo após a Anistia veio ao Brasil, porém o retorno definitivo só ocorreu em novembro de 1982. Em 1985 ingresso no Curso de História da UPF, concluiu a Licenciatura em 1988. Coursou pós-graduação na UFSC, em 1993 recebeu o título de Mestre em História, tendo defendido a Dissertação de Mestrado O Historiador Passo-Fundense Antonino Xavier. Em 1996 publicou seu primeiro livro, Passo Fundo - Terra de Passagem. Foi professor, Coordenador de Unidade e Diretor Regional da UERGS. Atualmente dedica-se aos estudos de História e em especial à pesquisa em História.



Apoio:



ISBN 978-858326174-2



Portal
Domínio Público
Biblioteca digital desenvolvida em software livre



Projeto
Passo Fundo
Apoio à cultura